

Águeda: um *distrito industrial marshalliano*?

Ana Isabel Melo¹

Resumo

Águeda é um concelho indiscutivelmente industrial. Com efeito, se olharmos para os dados estatísticos referentes ao produto e ao emprego, é incontestável a forte presença da indústria neste município, principalmente da indústria transformadora, que representa, quer em termos de produto, quer em termos de emprego, cerca de 2/3 dos valores totais.

Para além disso, a análise histórica do concelho, mostra-nos que o processo de industrialização de Águeda não é recente, tendo tudo começado quando alguns “agentes de inovação” locais abrem as primeiras oficinas artesanais, mobilizando a mão-de-obra rural e dando-lhe uma vocação industrial (Reis, 1992), grandemente direccionada para a fileira metalúrgica.

Actualmente, a malha industrial do concelho de Águeda pode caracterizar-se pela existência de um grande número de empresas de pequena dimensão, fortemente especializadas no sector metalomecânico e com uma grande abertura ao exterior (efectivamente, as estatísticas do comércio internacional mostram-nos que, ao contrário do que acontece a nível nacional, o volume de exportações deste concelho é bastante superior ao volume de importações). Adicionalmente, verifica-se uma grande intensidade de relações industriais entre as empresas locais e uma grande divisão espacial do trabalho.

Estas particularidades do tecido industrial de Águeda fazem-nos pensar na hipótese da região de Águeda constituir um *distrito industrial*, conceito originalmente proposto por Alfred Marshall (1870) e, mais tarde, ressuscitado por Becattini (1979).

Assim, o objectivo desta comunicação será, a partir da análise de dados estatísticos, e a partir da avaliação dos resultados de um inquérito a empresas de Águeda, indagar se este concelho constitui verdadeiramente um *distrito industrial marshalliano*.

¹ Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra (IERU), Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda – Universidade de Aveiro; e-mail: ana.melo@estga.ua.pt.

Introdução

O conceito de *distrito industrial*, proposto inicialmente por Alfred Marshall, tem merecido relevo nos últimos anos, nomeadamente a partir de 1979, altura em que foi revisto por Giacomo Becattini. Esta forma alternativa de organizar a produção industrial, surge numa altura em que se questiona o modelo de organização da produção Fordista e se enfatiza a importância dos espaços mais pequenos como pólos de desenvolvimento, em detrimento do Modelo Centro-Periferia.

Este processo de descentralização industrial, que pressupõe a formação de uma rede composta essencialmente por empresas de pequena e média dimensão, encontra o seu expoente máximo em alguns territórios, onde se privilegiam a iniciativa local e a interacção entre as empresas e entre estas e as instituições locais, sempre com fortes ligações ao meio local. Os *distritos industriais italianos* são um exemplo deste modelo de organização produtiva.

O objectivo desta comunicação é verificar se o concelho de Águeda apresenta os atributos necessários para ser considerado um *distrito industrial*.

Com esse intuito, o trabalho foi dividido em quatro partes. Na primeira parte é introduzido o conceito de *distrito industrial*, através de uma revisão da literatura, sendo apontadas as características principais que permitem identificar este modelo de organização da produção. Na segunda parte é apresentada, de uma forma sumária, a história industrial do concelho de Águeda. A terceira parte consiste na caracterização social e económica de Águeda, baseada na análise de dados estatísticos e dos resultados de um inquérito realizado a empresas da região. Finalmente, são tiradas conclusões que procuram sintetizar os principais resultados obtidos, com o intuito de responder à questão: “Águeda: um *distrito industrial marshalliano*?”.

1. O conceito de *distrito industrial*

O conceito de *distrito industrial*, cuja origem remonta a Alfred Marshall (1890), foi revitalizado por Giacomo Beccattini (1979), numa altura em que o modelo Fordista, entra em crise, pondo em causa não só o paradigma de organização industrial por ele defendido, mas também os estudos do tipo centro-periferia que eram a tradução espacial desse modelo (Silva, 1994: 4).

Em Itália, na segunda metade da década de setenta, enquanto as empresas de maior dimensão estavam a perder terreno para as suas concorrentes internacionais, um conjunto de pequenas empresas, localizadas em determinadas regiões essencialmente industriais, começa a demonstrar um dinamismo pouco usual, aumentando a sua quota de mercado, interna e externamente, conseguindo gerar lucros e criar empregos (Beccattini, 1991: 83; Giner e Santa María, 2002: 212). O excelente desempenho económico de indústrias espacialmente concentradas no Centro e Nordeste de Itália (conhecidas por “*Terceira Itália*”) não era explicado pelas teorias económicas tradicionais, uma vez que apresentavam características pouco comuns: eram constituídas maioritariamente por pequenas e médias empresas, eram inovadoras e tinham êxito internacional (Barbosa de Melo, 1995: 27). As mais notáveis, no que dizia respeito à imagem externa e valor acrescentado, eram a indústria têxtil em Carpi e no Prato, a indústria cerâmica (azulejos) no Sassuolo, a indústria de mobiliário em Brianza e Cascina e a indústria de calçado em Vigevano e Puglia. A unidade de análise passa a ser não a empresa individual, mas um *cluster* de empresas interligadas e localizadas numa área geográfica pequena (Bellandi, 2002: 426; Brusco, 1990: 14).

Na sua análise, Beccattini (1989: 112) define o *distrito industrial* como uma “entidade sócio-territorial caracterizada pela co-presença activa, numa área territorial circunscrita, natural e historicamente determinada, de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas industriais”, sendo o que o diferencia da “região económica” tradicional o facto da actividade dominante ser a indústria.

Procurando precisar mais esta definição, Beccattini (1989: 125) salienta algumas características que devem estar presentes num *distrito*: “o *distrito industrial marshalliano* é constituído por uma população de pequenas e médias empresas independentes, tendencialmente coincidentes com as unidades produtivas de fase, apoiando-se numa miríade de unidades fornecedoras de serviços à produção e de trabalhadores ao domicílio e a tempo parcial, orientada, através do mercado das

encomendas, por um grupo aberto de empresários puros²”. Vamos então clarificar algumas das características que permitem definir um *distrito industrial*.

A população de empresas

Um elemento fundamental da definição de *distrito industrial marshalliano* é o predomínio de *empresas de pequena e média dimensão* independentes umas das outras. Alguns autores, como é o caso de Piore e Sabel (1984) consideram este tipo de empresas mais flexíveis e com maior capacidade de adaptabilidade e de inovação.

Para além disso, um *distrito industrial* é tendencialmente *mono-sectorial*, ou seja, a maioria das empresas contribui para uma mesma produção, quer produzindo produtos finais, quer especializando-se em produtos de fase, quer fornecendo os serviços de apoio necessários a essa actividade³ (maquinaria, transporte, serviços financeiros, entre outros). Cada empresa é, assim, *especializada* numa fase diferente do processo de fabrico de uma indústria dominante na região ou de uma série de indústrias complementares.

Aliás, segundo Becattini (1990: 41), os processos produtivos têm mesmo de ter a possibilidade de serem repartidos entre as empresas do *distrito*, para que se forme uma rede local de transacções especializadas em diferentes fases de produção. Desta forma, cria-se a possibilidade de um conjunto de empresas, interligadas umas com as outras, tanto a montante como a jusante, poder reproduzir, num determinado território, as condições de funcionamento de uma só grande empresa verticalmente integrada, aproveitando, como esta, as vantagens de eventuais economias de escala. Como diz Bagnasco (1988: 46) é uma hipótese das pequenas empresas serem grandes.

Devido a este processo de *divisão do trabalho*, quando a empresa atinge uma escala eficiente não cresce, tendo tendência a manter-se focado no seu ramo de negócio principal, mantendo relações mais intensas com outras empresas especializadas em actividades complementares, havendo lugar, muitas vezes, à criação de novas empresas por ex-trabalhadores ou familiares dos empresários de empresas já consolidadas, com o apoio destas últimas (Dei Ottati, 2002: 453).

² Agentes económicos que, sem serem eles próprios fabricantes, se transformam em organizadores da produção do *distrito*, através da colocação de encomendas e do acompanhamento do seu fabrico.

³ Dei Ottati (2002: 452) chama-lhes empresas especializadas em indústrias subsidiárias.

A comunidade local

O *distrito industrial* deve ser visto como um todo social e económico, havendo *relações estreitas entre as esferas social, política e económica*, sendo o funcionamento de uma delas influenciado pelo funcionamento e organização das outras. O sucesso do *distrito industrial* não está apenas centrado em aspectos económicos, mas também em aspectos sociais e institucionais (Pyke e Sengenberger, 1990: 2).

Segundo Becattini (1990: 39) um dos requisitos preliminares para o desenvolvimento e manutenção de um *distrito industrial* é a existência de um *sistema de valores* relativamente homogéneo. A existência de valores comuns facilita a transmissão de conhecimento e fornece regras que regulam os comportamentos.

Paralelamente ao sistema de valores deverá haver, segundo este autor, um *sistema de instituições* (escola, igreja, famílias, mercado, empresas, partidos políticos, sindicatos, entre outros) que têm como função disseminar o sistema de valores pelo *distrito*, de forma a mantê-lo e transmiti-lo de geração em geração.

Como diz Becattini, isto não significa que o *distrito* seja um sistema fechado, onde as pessoas vivem “sufocadas” por um conjunto de regras. Significa sim, que é um local cujo desenvolvimento histórico conduziu a algumas restrições ao chamado comportamento “natural” dos indivíduos, sendo o sistema de valores não visto como uma limitação, mas como uma causa de orgulho. Os *distritos industriais* correspondem, geralmente, a zonas compostas por pequenos e médios centros urbanos, quase sempre possuidores de uma tradição industrial antiga e ligada a uma actividade característica da zona.

A pertença a um meio relativamente restrito, atravessado por fortes inter-relações profissionais e familiares vai reduzir as possibilidades de ocorrência de fenómenos de ambiguidade, de oportunismo e de incerteza que conduzem ao aumento dos custos de transacção.

Os recursos humanos

O tipo de trabalho normalmente oferecido e procurado no *distrito* não é só emprego dependente. Temos também o trabalho em casa, o trabalho em *part-time* e um espectro largo de actividades independentes. O facto das empresas poderem mobilizar

temporariamente trabalho em *part-time* (ajudantes na família, pessoas novas ou mais velhas) diminui os efeitos negativos das flutuações económicas (Dei Ottati, 2002: 454).

A especialização dos trabalhadores do *distrito* faz parte da mais-valia a que Marshall chamou de “atmosfera industrial”. Este termo marshalliano refere-se à troca de experiências, de informação e de conhecimento, que circulam no *distrito* com poucas restrições. Para perceber a capacidade de invenção nos *distritos industriais* há a necessidade de conhecer a tecnologia com que se trabalha. Isto requer uma interacção contínua fora do local de trabalho, isto é, nas relações sociais e de amizade, onde são partilhadas informações e transmitidas novas ideias.

Outra das características do *distrito* que o tornam produtivo e competitivo é a tendência para *realocar os seus recursos humanos*. Se os empresários abandonam a empresa levam consigo conhecimento tácito que vai enriquecer o mercado local dos recursos humanos. A mobilidade profissional horizontal (de uma empresa para outra) ou vertical (através da criação de novas empresas) dos trabalhadores é um factor que favorece a difusão da inovação.

O mercado

Para Becattini (1990: 38) a sobrevivência do *distrito* depende do desenvolvimento de uma *rede permanente de contactos* entre o *distrito*, os seus fornecedores e clientes. A solidez das redes é reforçada por dois aspectos: por um lado, uma rede constrói-se lentamente, à medida que as relações entre os indivíduos partilham normas e confiança recíproca; por outro lado, as redes vão-se construindo com indivíduos de esferas diferentes, mas com vivências comuns (Silva, 1994: 13).

Inovação tecnológica

A grande proximidade territorial de um mesmo sector e a sua imersão num meio social comum e integrador, desencadeia *mecanismos de informação e de comunicação*, de imitação e de demonstração que *favorecem a inovação incremental e facilitam a sedimentação das tecnologias*. Esta situação é potenciada se o grau de desintegração vertical do processo produtivo for elevado, proporcionando uma interacção entre os produtores dos produtos de fase e os seus clientes.

Para Becattini (1989: 122) o progresso técnico é, num *distrito industrial*, um processo social que se realiza gradualmente, através de uma tomada de consciência progressiva da necessidade desse progresso por parte de todos os segmentos da indústria e de todos os estratos da população. Bellandi propõe a designação de *capacidade de inovação difusa*, procurando reunir num só termo o conjunto de diferentes processos de aprender fazendo e aprender usando que um *distrito* oferece.

Concorrência e cooperação

O funcionamento e o desenvolvimento de um *distrito* baseiam-se numa *relação complexa entre concorrência e cooperação*. O facto de aí existirem muitas empresas centradas numa mesma actividade, tornando-as concorrentes, torna difícil, ou quase impossível, o desenvolvimento interno de funções como o marketing internacional ou a I&D. A externalização da função de marketing industrial, por exemplo, dá às empresas o acesso directo ao mercado e exige compromissos difíceis entre concorrência e cooperação, podendo o mesmo acontecer em termos tecnológicos (Silva, 1994: 7 e 8). Brusco (1990: 15) afirma que a competição ocorre entre as empresas que trabalham no mesmo produto ou na mesma actividade e que a cooperação, especialmente no que respeita à inovação tecnológica e ao *design*, ocorre entre empresas diferentes. Este autor fala em competitividade horizontal e cooperação vertical.

Esta cooperação semi-consciente e semi-voluntária resulta, essencialmente, da adopção de um sistema comum de valores que caracteriza a vida do *distrito* (o qual não deixa, apesar de tudo, de ser vincadamente concorrencial e competitivo) (Becattini, 1990: 46).

Concentração geográfica e vantagem competitiva

Um dos elementos fundamentais do conceito de *distrito industrial marshalliano* é a *concentração geográfica* das empresas, permitindo-lhes a *redução dos custos de transacção*, gerando economias de escala externas à empresa (internas ao *distrito*). As trocas entre as empresas que fazem parte do tecido industrial local, a existência de uma força de trabalho qualificada localmente e a disponibilidade local dos serviços necessários para o aumento da produtividade e da competitividade das empresas do

distrito, conduzem a uma eficácia colectiva, que se transforma numa *vantagem comparativa* (McDonald e Vertova, 2001: 161; Giner e Santa María, 2002: 213).

Aliás, uma condição essencial para a existência de um *distrito industrial* é a aquisição e manutenção de uma *vantagem competitiva* por parte das empresas que dele fazem parte. Esta vantagem competitiva depende, sobretudo, do contexto social no qual a produção está envolvida. De facto, a capacidade de diferenciar os produtos ou serviços oferecidos e de encontrar novos mercados depende menos dos investimentos em I&D e mais da vontade dos trabalhadores qualificados e dos empresários em cooperar, usando as suas diferentes qualidades para melhorar constantemente os produtos e os processos, de forma a satisfazer uma procura cada vez mais exigente (Dei Ottati, 2002: 449).

Resumindo, e usando as palavras de Becattini (1990: 44), a origem e o desenvolvimento de um *distrito industrial* não resulta apenas da junção, num determinado local, de algumas características sócio-culturais (sistema de valores, atitudes e instituições), com características históricas e naturais e com atributos técnicos do processo produtivo, mas resulta também de um processo de interacção dinâmica entre a divisão do trabalho, o alargamento do mercado para os seus produtos e a formação de uma rede permanente de contactos entre o *distrito* e os mercados externos. Tudo isto com o objectivo de criar uma imagem para o *distrito* que o diferencie dos restantes, conferindo-lhe uma vantagem comparativa.

Depois de apresentadas as principais características identificadoras de um *distrito industrial marshalliano*, e antes de analisarmos mais pormenorizadamente a indústria de Águeda, vamos fazer uma breve resenha histórica do sector industrial do concelho.

2. Breve história da indústria em Águeda

Em Águeda, a indústria não é um fenómeno recente, tendo tido o seu início provável no ano de 1896 (Cruz, 1987: 37). Apesar da indústria neste concelho ser, inicialmente, artesanal, apresentava já uma orientação mercantil (os produtos então fabricados – ferragens para a construção civil – eram comercializados fora do meio local). Para isso, contribuía a ligação fácil, por via fluvial, até ao porto de Aveiro, e a existência de fortes ligações à cidade do Porto, centro industrial e comercial já importante nessa altura.

O fundador da primeira oficina de ferragens foi Domingos Pinto de Carvalho, tendo escolhido Águeda para o estabelecimento da sua oficina, por aí conseguir, mais facilmente, mobilizar recursos e influências. Para além disso, Domingos dispunha de contactos no domínio da comercialização dos produtos, nomeadamente na cidade do Porto. As duas oficinas de ferragens criadas posteriormente à dele pertenciam a familiares seus, o que evidencia a importância local dos laços de família, deixando entender como eram mobilizados os recursos nessa altura (Reis, 1989: 339).

A indústria local mantém-se, assim, ligada ao fabrico de ferragens até aos anos trinta e no período entre guerras⁴, sendo um indicador de dinamismo desta indústria, a criação, em 1937, da FRAL – Ferragens Unidas de Águeda, constituída por cerca de dez industriais locais, com o propósito de promover a comercialização, em comum, dos seus produtos e alargá-la a todo o espaço nacional.

É a partir das condições de profissionalização da mão-de-obra no sector das ferragens, que se desenvolvem, numa fase posterior, outras actividades ligadas ao sector metalomecânico, com especial relevo, a partir do pós-guerra e até aos anos sessenta, para a indústria das “duas rodas”(numa primeira fase virada para o fabrico e montagem de bicicletas e, depois, de motorizadas⁵). A origem e localização deste ramo industrial parece assentar em factores de racionalidade económica bem determinados: em primeiro lugar, é uma indústria afim da fabricação de ferragens, utilizando as mesmas matérias-primas e os mesmos processos tecnológicos de fabrico; em segundo lugar, Águeda situa-se na proximidade de um dos mais importantes e antigos centros de ciclismo do País – Sangalhos (Cruz, 1987: 39).

⁴ O fabrico de ferragens é o primeiro indicador da predominância absoluta do sector da metalomecânica em Águeda.

⁵ Entre 1946 e 1965 as empresas do chamado “sector das duas rodas” surgem em Águeda à razão de uma por ano.

Nos anos sessenta, é evidente o prenúncio de diversificação, com o surgimento de um grande número de empresas ligadas à fabricação de mobiliário metálico, de aparelhos eléctricos e a serviços industriais especializados, como é o caso da tornearia, da fundição, da serralharia mecânica e dos moldes. O aumento do número de empresas industriais traduziu-se numa diminuição da dimensão média das empresas (avaliada pelo número de trabalhadores), levando a um aumento da divisão do trabalho industrial e a uma intensificação das relações inter-industriais locais.

Dos anos setenta até à actualidade podemos considerar duas fases distintas: uma caracterizada pela consolidação do modelo de estrutura industrial existente, com a afirmação da lógica organizativa interna das empresas do meio industrial local (criam-se novas empresas, ampliam-se as existentes, mecanizam-se processos de fabrico), e a outra, onde é o sistema industrial no seu conjunto, e não tanto cada empresa, que parece ser o centro organizativo da oferta industrial local (Reis, 1989: 344).

De referir ainda, a criação, em meados dos anos setenta, da Associação Industrial de Águeda (AIA), que resultou da necessidade sentida pelas empresas de pequena dimensão e com uma forte abertura ao exterior, de um agente local que as representasse e negociasse no exterior.

A indústria em Águeda, originalmente de base artesanal, tornou-se, assim, de modo progressivo, numa rede de empresas especializadas num sector – a metalomecânica, em que os agentes empresariais são quase exclusivamente originários do meio local, merecendo lugar de destaque aqueles cujo percurso pessoal está ligado a um processo de mobilidade social e profissional bastante intensa, sendo a figura mais típica a do ex-empregado que, munido de conhecimentos técnicos adquiridos *in situ* ou através da já extinta Escola Industrial e Comercial de Águeda, se decidia a fundar a sua própria empresa à imagem e semelhança daquela onde trabalhava (Rosa Pires, 1986: 258).

Em Águeda houve lugar ao que Reis (1989: 324) designa como um processo de endogenização do desenvolvimento industrial: o processo industrial, iniciado e desenvolvido por agentes locais, teve como efeitos principais a definição e consolidação de um sector industrial de especialização, a formação de capacidade profissional, a acumulação de uma cultura técnica industrial e a consolidação de um sistema de interdependências industriais.

3. Caracterização social e económica de Águeda

Feita uma breve incursão pela história da indústria em Águeda, importa conhecer os limites territoriais da zona a estudar.

A unidade territorial escolhida para o estudo foi o concelho de Águeda, por aí se concentrarem as empresas pertencentes ao sector da metalomecânica.

O concelho de Águeda, pertencente à NUT II Centro e à sub-região do Baixo Vouga, é constituído por 20 freguesias, ocupando uma área de 335,3 km². Olhando para o mapa de Águeda, conseguimos ver as freguesias mais industrializadas deste concelho: Águeda, Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Barrô, Borralha e Macinhata do Vouga.

Figura 1 – Mapa do concelho de Águeda

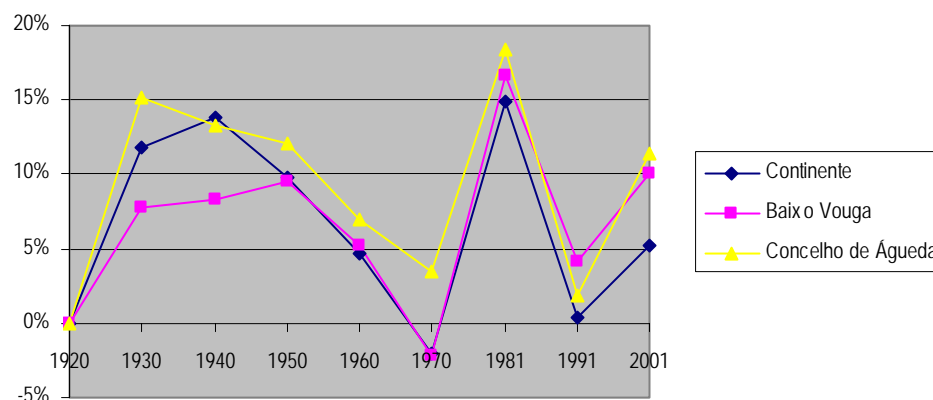


Antes de fazer uma análise mais cuidadosa da realidade económica actual deste concelho, vamos caracterizar, de uma forma sumária, a sua população.

A população portuguesa tem vindo a crescer ao longo dos anos, sendo hoje quase o dobro dos valores registados em 1920. É, contudo, observável que o crescimento não foi uniforme ao longo do tempo, tendo as taxas de crescimento da população vindo a baixar desde a década de 40, com a excepção dos anos setenta, em que se verificou a taxa de crescimento mais alta desde sempre (entre 1970 e 1981 a população do Continente cresceu quase 15%), devido ao retorno dos emigrantes das ex-

colónias (Gráfico 1). De 1991 até ao último censo, a taxa de crescimento voltou a subir, essencialmente devido à chegada a Portugal de um número considerável de emigrantes, na sua maioria originários de países da Europa de Leste.

Gráfico 1 - Evolução da população do Continente, Baixo Vouga e Concelho de Águeda (1920-2001)



Fonte: Censos (INE)

Se olharmos para o comportamento da população de Águeda, verificamos que, à excepção dos anos 40, este concelho teve sempre um crescimento acima da média nacional, verificando-se praticamente o mesmo em relação ao Baixo Vouga⁶. De notar ainda que, apesar de influenciada pelos fortes surtos emigratórios comuns a todo o território nacional, especialmente na década de sessenta, a população de Águeda continuou a crescer⁷, apesar da taxa de crescimento ser inferior à da década anterior. Raul da Cruz (1987: 48) explica este fenómeno ao dizer relativamente a Águeda: *“sente-se ali uma atmosfera industrial característica duma fase de crescimento dito ‘auto-sustentado’... não surpreende pois que, em 1973, a indústria mecânica de Águeda permaneça invulnerável à conjuntura económica nacional, às guerras coloniais e à emigração”*⁸.

⁶ Para além do município de Águeda, a NUT III Baixo Vouga integra, ainda, os concelhos de Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

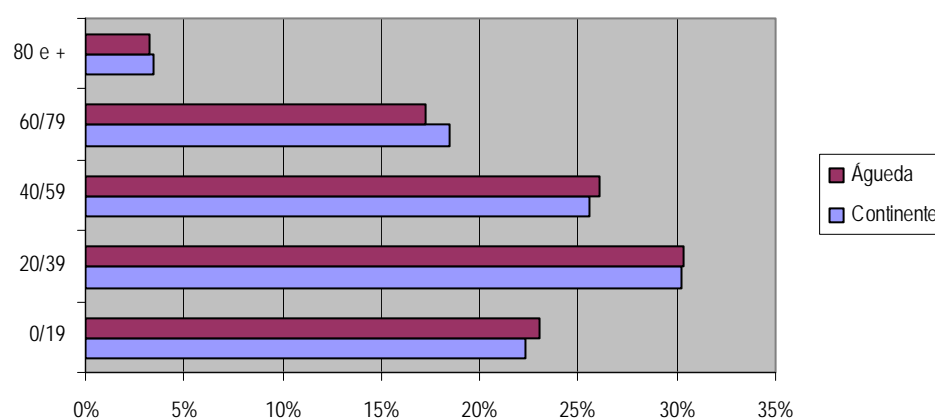
⁷ Tanto o Continente como o Baixo Vouga registaram uma diminuição da população entre 1960 e 1970.

⁸ Segundo este autor, a escassez de mão-de-obra, decorrente do aumento do número de empresas na região, nos anos sessenta, e dos surtos emigratórios, eram superadas por duas vias: uma era a chegada à fábrica de trabalhadores agrícolas com mais de 30 anos; a outra era a descida de trabalhadores da zona serrana das imediações de Águeda. Uns e outros iam ocupando os novos postos de trabalho que iam sendo criados diariamente (Cruz, 1987: 40).

O facto do crescimento populacional deste concelho ser elevado, tendo registado no último Recenseamento uma população residente de 49041 habitantes, poderá ser sintomático de um movimento imigratório importante, provavelmente atraído pelo dinamismo industrial da região.

Para melhor compreender este fenómeno torna-se importante a análise da estrutura etária da população. O Gráfico 2 permite-nos constatar que Águeda apresenta uma população mais jovem do que o Continente, concentrando-se a maior parte dos residentes do concelho nas classes etárias em idade de trabalhar. Este facto é demonstrativo de que esta região tem atraído população nas últimas décadas, reforçando a ideia de que o tecido empresarial local tem capacidade de geração de empregos atractivos.

Gráfico 2 - Estrutura etária da população residente no Continente e em Águeda (2001)



Fonte: Censos 2001 (INE)

Um indicador que permite avaliar se o concelho tem, efectivamente, essa capacidade de criação de empregos é a taxa de desemprego. E, como seria de esperar, a taxa média de desemprego no concelho de Águeda (2,9%)⁹, é bem inferior à taxa de desemprego nacional (6,1%), o que demonstra o dinamismo deste concelho.

⁹ Anuários Estatísticos Regionais – 2001, INE.

Vamos, agora, conhecer a estrutura da população activa de Águeda, para que se possa inferir do papel desempenhado por cada ramo de actividade na economia deste concelho.

Quadro 1 – População residente empregada, por sector de actividade económica (1991 e 2001)

	2001						1991					
	Continente		Baixo Vouga		Águeda		Continente		Baixo Vouga		Águeda	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Primário	211.603	4,8	8.325	4,6	501	2,1	413.334	10,5	20.918	13,5	2.321	10,9
Secundário	1.581.676	35,5	83.915	46,7	14.297	59,9	1.518.295	38,5	73.016	47,0	13.081	61,3
Terciário	2.657.432	59,7	87.379	48,6	9.087	38,0	2.016.011	51,1	61.327	39,5	5.938	27,8
Total	4.450.711	100,0	179.619	100,0	23.885	100,0	3.947.640	100,0	155.261	100,0	21.340	100,0

Fonte: Censos (INE)

Uma primeira análise do Quadro 1 permite-nos verificar que o número total de activos cresceu, cerca de 12%. Mas, o que mais sobressai é a grande diferença entre a estrutura da população activa do concelho, a da NUT III em que está inserido e a do Continente. Com efeito, é inequívoca a vocação industrial da população empregada de Águeda (59,9% da população activa), apesar de ter havido uma ligeira diminuição do peso do sector secundário neste concelho, relativamente ao Recenseamento de 1991, altura em que empregava 61,3% da população activa. A relativa diminuição do peso da indústria aconteceu, essencialmente, devido à transferência de alguma mão-de-obra para o sector terciário. O sector primário foi o que mais trabalhadores perdeu para o terciário, tendo havido um decréscimo de mais de 78% da população agrícola em Águeda.

A agricultura perdeu, efectivamente, um significativo número de activos, especialmente se compararmos estes valores com os do Recenseamento de 1981, quando o sector primário acolhia 20% da população activa. O grande peso dos sectores primário e secundário em Águeda foi, inclusivamente, alvo de numerosos estudos, nomeadamente de Rosa Pires (1983, 1986, 1987) que lhe chamou *industrialização difusa*, por neste concelho “*predominarem as pequenas e médias empresas dispersas territorialmente por pequenos aglomerados onde a população tende a desenvolver estratégias de pluriactividade, das quais se destaca a simultânea manutenção da actividade agrícola e a crescente participação em actividades industriais*” (Pires, 1986: 239).

Uma outra forma de avaliar a importância da indústria no concelho de Águeda é através da análise do número de empresas e sociedades com sede na região, do pessoal ao serviço e do volume de vendas, por ramos de actividade económica.

Quadro 2 – Empresas, sociedades, pessoal ao serviço e volume de vendas no concelho de Águeda, por ramos de actividade económica (2001)

CAE - Rev.2	Empresas		Sociedades					
	Nº	%	Nº	%	Pessoal	%	Vol. Vendas (mil euros)	%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	454	8,0	24	1,5	62	0,3	3733	0,3
Indústria Extractiva	16	0,3	11	0,7	71	0,4	5390	0,5
Indústria Transformadora	1005	17,7	584	37,4	14101	72,4	702641	59,3
Electricidade, Gás e Água	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Construção	1045	18,4	138	8,8	1375	7,1	125551	10,6
Comércio Grosso e Retalho; Restaurantes e Hotéis	2436	42,9	568	36,3	3032	15,6	317070	26,8
Transportes, Armazenagem e Comunicações	97	1,7	40	2,6	94	0,5	4912	0,4
Actividades Financeiras; Actividades Imobiliárias e Serviços a Empresas	425	7,5	136	8,7	413	2,1	19264	1,6
Serviços à Colectividade, Serviços Sociais e Serviços Pessoais	201	3,5	62	4,0	319	1,6	6658	0,6
Total	5679	100,0	1563	100,0	19467	100,0	1185222	100,0

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2002, INE

O Quadro 2 realça a grande importância da indústria transformadora na actividade económica de Águeda. Com efeito, 72,4% da população empregada nas sociedades do concelho¹⁰ trabalha na indústria transformadora (em Portugal, trabalham nessa indústria apenas 32% da população e no Baixo Vouga 59%). A análise do volume de vendas permite-nos tirar a mesma conclusão: quase 60% das vendas de Águeda são provenientes da indústria transformadora, enquanto em Portugal esse valor se fica pelos 24% e no Baixo Vouga pelos 51%. Também a percentagem de empresas e de sociedades ligadas à indústria transformadora é maior em Águeda do que em Portugal e no Baixo Vouga (no caso das empresas, essa percentagem é de 10,6% para Portugal, 12,2% para o Baixo Vouga e 17,7% para Águeda; no caso das sociedades, esses valores são, respectivamente, 14,1%, 21,6% e 37,4%).

¹⁰ Como é sabido, o Instituto Nacional de Estatística só disponibiliza os dados sobre o pessoal ao serviço e sobre o volume de vendas referentes às sociedades.

Se passarmos para uma desagregação mais fina, vamos encontrar um concelho muito *especializado*, tanto em termos absolutos como relativos, em ramos da metalomecânica. Como podemos confirmar pelo Quadro 3, 69,3% da população activa industrial¹¹ trabalha em actividades ligadas à metalomecânica (em 1995, esse valor era 63,9%).

Quadro 3 – Estabelecimentos com sede em Águeda, por ramos de actividade da indústria transformadora (1995 e 2001)

CAE - Rev.2	2001						1995					
	Empresas		Sociedades				Empresas		Sociedades			
	Nº	%	Nº	%	Pessoal	%	Nº	%	Nº	%	Pessoal	%
Alimentação e Bebidas	100	10,2	36	6,2	296	2,1	88	9,3	23	4,4	203	1,5
Têxteis, Vestuário e Calçado	71	7,3	27	4,7	646	4,6	94	9,9	33	6,3	1422	10,5
Madeira e Cortiça	56	5,7	28	4,8	475	3,4	54	5,7	23	4,4	743	5,5
Papel e Tipografia	40	4,1	30	5,2	374	2,7	38	4,0	27	5,1	413	3,0
Indústrias Químicas	5	0,5	4	0,7	50	0,4	6	0,6	4	0,8	44	0,3
Produtos Minerais Não Metálicos	106	10,8	88	15,2	2495	17,7	96	10,1	76	14,5	2083	15,3
Metalurgia de Base	22	2,2	16	2,8	574	4,1	30	3,2	24	4,6	721	5,3
Produtos Metálicos	365	37,3	188	32,5	4257	30,2	344	36,2	173	33,0	3855	28,4
Máquinas e Equipamentos Não Eléctricos	56	5,7	48	8,3	916	6,5	46	4,8	33	6,3	538	4,0
Máquinas e Material Eléctrico	19	1,9	15	2,6	611	4,3	16	1,7	11	2,1	341	2,5
Construção de Material de Transporte	42	4,3	36	6,2	1728	12,3	45	4,7	41	7,8	1926	14,2
Mobiliário	95	9,7	62	10,7	1678	11,9	88	9,3	55	10,5	1294	9,5
Outras	2	0,2	1	0,2	1	0,0	4	0,4	2	0,4	3	0,0
Total	979	100,0	579	100,0	14101	100,0	949	100,0	525	100,0	13586	100,0

Fonte: Ficheiro de Unidades Estatísticas, INE

Os dados permitem-nos ainda concluir que, se por um lado, se verificou uma diminuição do emprego nos ramos “Metalurgia de Base” e “Material de Transporte”, por outro, houve um aumento considerável do emprego ligado aos ramos “Produtos Metálicos”, “Máquinas e Equipamentos Não Eléctricos”, “Máquinas e Material Eléctrico” e “Mobiliário”, nomeadamente mobiliário metálico. Este último ramo de actividade tem, efectivamente, crescido nos últimos anos, fruto da reconversão de algumas empresas e da abertura de novas unidades em Águeda. Com efeito, alguns empresários e ex-trabalhadores viram neste ramo uma oportunidade competitiva e, munidos de *know-how* adquirido em outras empresas do sector metalomecânico aventuraram-se, tendo conquistado, muitos deles, uma posição confortável nessa

¹¹ É considerada apenas a população activa das sociedades, uma vez não existirem dados disponíveis referentes às empresas.

actividade. Como diz Reis (1989: 332), a diversificação da capacidade produtiva local deve-se, principalmente “a um movimento de natureza intra-sectorial próprio da metalomecânica”.

A análise mais desagregada dos ramos de actividade mais importantes em Águeda confirma a grande especialização deste concelho no sector da metalomecânica (ferragens, mobiliário metálico, bicicletas e motociclos, máquinas), aparecendo também neste *ranking* outras actividades que estão muito ligadas a este sector, como é o caso da construção civil, da manutenção e reparação de veículos automóveis e da sucata.

Quadro 4 – 20 ramos de actividade económica mais importantes em Águeda, em termos de número de pessoas ao serviço (2001)

Ramos de actividade	Portugal		Baixo Vouga		Águeda	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens	8382	0,2	2637	1,5	1930	8,1
Construção de edifícios (no todo ou em parte); engenharia civil	506706	10,9	17366	9,7	1836	7,7
Comércio a retalho de outros produtos novos em estabelecimentos especializados	312875	6,7	11056	6,2	1590	6,7
Fabricação de elementos de construção em metal	81637	1,8	7218	4,0	1448	6,1
Fabricação de mobiliário e de colchões	60415	1,3	3692	2,1	1372	5,7
Fabricação de produtos cerâmicos não refractados (excepto construção) e refractados	28618	0,6	8228	4,6	1213	5,1
Ensino básico (2º e 3º ciclos) e secundário	170188	3,7	6364	3,5	586	2,5
Fabricação de motociclos e bicicletas	1560	0,0	1123	0,6	575	2,4
Confecção de outros artigos e acessórios de vestuário	142603	3,1	2788	1,6	461	1,9
Administração pública em geral, económica e social	221989	4,8	5748	3,2	456	1,9
Actividades de saúde humana	174963	3,8	4403	2,5	431	1,8
Restaurantes	101595	2,2	3652	2,0	417	1,7
Actividades de acção social	85149	1,8	3492	1,9	407	1,7
Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco em estabelecimentos especializados	109197	2,3	4211	2,3	379	1,6
Ensino pré-escolar e básico (1º ciclo)	94053	2,0	4060	2,3	357	1,5
Manutenção e reparação de veículos automóveis	70529	1,5	2693	1,5	347	1,5
Comércio grossista de bens intermédios (não agrícolas), desperdícios e sucata	29128	0,6	1595	0,9	345	1,4
Fabricação de outros produtos metálicos	7517	0,2	740	0,4	342	1,4
Fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis e seus motores	16429	0,4	1794	1,0	337	1,4
Fabricação de outras máquinas e equipamento para uso específico	21048	0,5	1420	0,8	319	1,3
Total	4650947	48,3	179619	52,5	23885	63,4

Fonte: Censos 2001, INE

Se olharmos para o que se passa com os grupos profissionais mais relevantes (Quadro 5), verificamos a elevada percentagem de profissões ligadas ao sector industrial e de profissões de carácter mais técnico, como sejam *Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos e Operadores de Instalações Industriais e Máquinas Fixas, Condutores e Montadores*, mantendo-se essa característica de 1991 para 2001.

Quadro 5 – População residente empregada, por grupos de profissões (1991 e 2001)

Grupos de Profissões	Continente				Águeda			
	1991		2001		1991		2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Membros dos Corpos Legislativos, Quadros Dirigentes da Função Pública, Directores e Quadros Dirigentes de Empresas	169832	4,3	316592	7,1	1180	5,5	2177	9,1
Profissões Intelectuais e Científicas	222265	5,6	381462	8,6	509	2,4	1152	4,8
Profissões Técnicas Intermédias	294210	7,5	425888	9,6	1062	5,0	1881	7,9
Empregados Administrativos	421910	10,7	490874	11,0	2087	9,8	2447	10,2
Pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, dos Serviços Pessoais e Domésticos e Trabalhadores Similares	527547	13,4	626455	14,1	1830	8,6	2314	9,7
Trabalhadores da Agricultura e da Pesca	322326	8,2	169359	3,8	2110	9,9	487	2,0
Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos	944027	23,9	963886	21,7	5874	27,5	5591	23,4
Operadores de Instalações Industriais e Máquinas Fixas, Condutores e Montadores	353243	8,9	386603	8,7	4404	20,6	5166	21,6
Trabalhadores não Qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços	651819	16,5	658817	14,8	2139	10,0	2602	10,9
Forças Armadas	40461	1,0	30775	0,7	145	0,7	68	0,3
Total	3947640	100,0	4450711	100,0	21340	100,0	23885	100,0

Fonte: Censos, INE

Fazendo uma análise mais aprofundada, e olhando para o *ranking* das profissões mais relevantes, verificamos que entre as profissões com maior representação temos os *Operadores de Máquinas para Metais e Produtos Minerais, os Moldadores, Soldadores, Bate-chapas, Caldeireiros e Similares, os Trabalhadores Não Qualificados da Indústria Transformadora, os Técnicos de Investigação Física e Química e Fabricação Industrial e os Forjadores, Serralheiros Mecânicos e Trabalhadores Similares*.

Quadro 6 – Profissões mais importantes em Águeda

Profissão	Continente		Baixo Vouga		Águeda	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Operadores de máquinas para metais e produtos minerais	27458	0,6	5179	2,9	2596	10,9
Empregados dos serviços contabilísticos e dos serviços financeiros	349793	7,9	11617	6,5	1641	6,9
Vendedores e demonstradores	293547	6,6	10872	6,1	1324	5,5
Trabalhadores da construção civil e obras públicas	269965	6,1	11330	6,3	1286	5,4
Directores e gerentes de pequenas empresas	200007	4,5	8950	5,0	1267	5,3
Moldadores, soldadores, bate-chapas, caldeiros e similares	80171	1,8	5404	3,0	992	4,2
Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	91471	2,1	6913	3,8	953	4,0
Condutores de veículos a motor	140196	3,1	5139	2,9	681	2,9
Pessoal de limpeza, lavadeiras, engomadeiras de roupa e similares	69655	1,6	7601	4,2	670	2,8
Directores Gerais	251075	5,6	2987	1,7	670	2,8
Ecónomos e pessoal do serviço de restauração	181363	4,1	6110	3,4	607	2,5
Técnicos de investigação física e química e fabricação industrial	82232	1,8	4318	2,4	581	2,4
Estafetas, bagageiros, porteiros, guardas e similares	139979	3,1	5395	3,0	579	2,4
Empregados de aprovisionamento, planeamento e dos transportes	56962	1,3	2998	1,7	535	2,2
Trabalhadores dos têxteis e confecções e trabalhadores similares	130181	2,9	3089	1,7	516	2,2
Forjadores, serralheiros mecânicos e trabalhadores similares	24995	0,6	2320	1,3	515	2,2
Oleiros, vidreiros e trabalhadores similares	17045	0,4	3072	1,7	464	1,9
Operadores de instalações de fabrico de vidro e cerâmicas	8096	0,2	2488	1,4	394	1,6
Docentes do ensino básico (2º/3ºciclos) e secundários	113310	2,5	4872	2,7	383	1,6
Profissionais de nível intermédio de gestão e administração	94286	2,1	2949	1,6	364	1,5
Total	4450711	58,9	179619	63,2	23885	71,2

Fonte: Censos 2001, INE

Esta análise às profissões vem reforçar o carácter profundamente industrial do concelho de Águeda e a especialização dos trabalhadores em áreas fortemente ligadas à metalomecânica.

A especialização é, de facto uma das características marcantes do processo industrial de Águeda, encontrando-se empresas especializadas no fabrico de ferramentas, de moldes, de aparelhagem industrial ou no fornecimento de serviços industriais relacionados com a preparação de base dos próprios materiais (fundição, cromagem, revestimentos, pintura de peças, etc.). Estas empresas produzem tanto produtos finais, com acesso directo ao mercado, como produtos intermédios, destinados a outras empresas.

Se estudarmos a origem fornecimentos da indústria de Águeda, verificamos que uma elevada percentagem das matérias-primas e subprodutos é obtida localmente.

Com efeito, a análise dos resultados de um inquérito realizado a empresas do sector metalomecânico de Águeda¹², permite-nos concluir que todas as empresas têm fornecedores locais. Das vinte e oito empresas respondentes, todas afirmaram receber fornecimentos de outras empresas de Águeda, sendo que das 87,5% empresas que responderam a esta questão, 53,1% dizem receber mais de 50% dos seus fornecimentos de empresas deste concelho (Quadro 7).

Quadro 7 – Percentagem de fornecimentos provenientes de outras empresas de Águeda

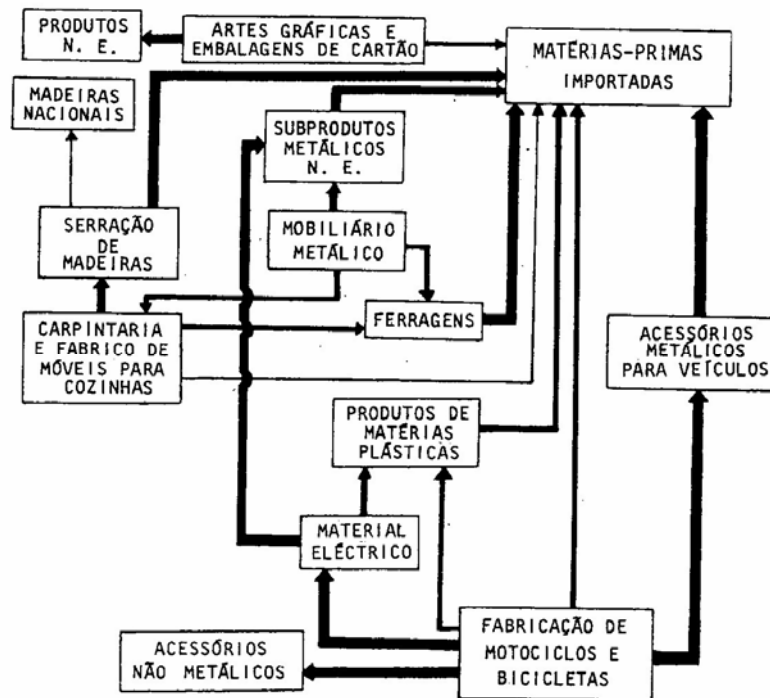
	Nº empresas	%
0	0	0,0%
0-10	1	3,1%
>10-20	1	3,1%
>20-30	4	12,5%
>30-40	2	6,3%
>40-50	3	9,4%
>50-60	3	9,4%
>60-70	3	9,4%
>70-80	7	21,9%
>80-90	2	6,3%
>90-100	2	6,3%
NR	4	12,5%
Total	32	100,0%

Fonte: Inquérito

Estabelece-se, deste modo, uma cadeia de ligações, a montante, a jusante ou em diagonal, entre alguns sectores industriais (Figura 2).

¹² O inquérito foi desenvolvido entre Março e Junho de 2004, tendo como alvo as empresas pertencentes ao sector metalomecânico do concelho de Águeda. Para iniciar o inquérito partiu-se de uma listagem provisória de 187 empresas resultante da conjugação de várias fontes (AIDA – Associação Industrial de Aveiro, AIA – Associação Industrial de Águeda, e ABIMOTA). Da lista provisória foram contactadas algumas empresas directamente e outras via postal, tendo respondido ao inquérito trinta e duas empresas.

Figura 2 – Ligações técnicas segundo a proveniência das matérias-primas do sector metalomecânico, para o concelho de Águeda



- ➔ Ligações muito significativas (mais de 50%)
- ➔ " significativas (25% a 50%)
- ➔ " pouco significativas (menos de 25%)

Fonte: Adaptado de Caetano (1985: 467)

Efectivamente, podemos observar que as indústrias ligadas ao sector metalomecânico compram subprodutos fabricados por unidades de outros sectores localizados na área, salientando-se as empresas ligadas à produção de motociclos, velocípedes e acessórios, às ferragens para a construção civil e obras públicas e ao mobiliário metálico. Surgem, ainda, outras empresas que fornecem elementos indispensáveis à comercialização dos produtos do sector da metalomecânica, como sejam a embalagem e a contabilidade.

Podemos, assim, concluir que a lista de actividades instaladas no âmbito do sector da metalomecânica é bastante ampla e a sua difusão tem de ser vista como o resultado da organização, em meio local, de um processo intenso de *divisão do trabalho industrial*, possibilitado pela existência de uma cultura técnica que capacita os agentes locais para a criação de novas empresas.

A data de constituição das empresas objecto do inquérito (Quadro 8) demonstra um ritmo de criação de empresas muito diversificado ao longo do tempo, tendo-se intensificado a partir de 1965, atingindo o auge no período de 1985 a 1989. Note-se que seis das empresas inquiridas foram criadas já depois de 1989, o que demonstra a atractividade inerente ao dinamismo do sector metalomecânico na região.

Quadro 8 – Ano de constituição das empresas inquiridas

Ano constituição	Nº empresas	%
1945 a 1949	1	3,1
1950 a 1954	0	0,0
1955 a 1959	0	0,0
1960 a 1964	0	0,0
1965 a 1969	3	9,4
1970 a 1974	6	18,8
1975 a 1979	3	9,4
1980 a 1984	6	18,8
1985 a 1989	7	21,9
1990 a 1994	2	6,3
1995 a 1999	2	6,3
2000 a 2004	2	6,3
Total	32	100,0

Fonte: Inquérito

A atractividade deste sector pode ser ainda avaliada pela análise dos dados referentes à constituição de novas sociedades. Olhando para os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística, verificamos que, depois do *Comércio por Grosso e a Retalho* e dos *Restaurantes e Hotéis*, a maioria das sociedades constituídas em Águeda pertencem ao CAE das *Indústrias Transformadoras*, ao contrário do que acontece em Portugal e no Baixo Vouga, onde esse tipo de sociedades ocupa apenas o terceiro lugar.

Quadro 9 – Sociedades constituídas em 2003

CAE - Rev.2	Portugal		Baixo Vouga		Águeda	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	612	2,5	19	2,3	0	0,0
Indústria Extractiva	32	0,1	0	0,0	0	0,0
Indústria Transformadora	2084	8,4	97	11,7	19	19,8
Electricidade, Gás e Água	61	0,2	4	0,5	0	0,0
Construção	2970	11,9	86	10,4	13	13,5
Comércio Grosso e Retalho; Restaurantes e Hotéis	9659	38,8	368	44,4	38	39,6
Transportes, Armazenagem e Comunicações	1129	4,5	37	4,5	5	5,2
Actividades Financeiras; Actividades Imobiliárias e Serviços a Empresas	5853	23,5	141	17,0	13	13,5
Serviços à Colectividade, Serviços Sociais e Serviços Pessoais	2490	10,0	76	9,2	8	8,3
Total	24890	100,0	828	100,0	96	100,0

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2003, INE

Analisando estes dados mais detalhadamente, podemos observar que, das sociedades criadas na Indústria Transformadora em Águeda, 31,6% pertencem à *Metalurgia de Base*, aos *Produtos Metálicos* e ao *Fabrico de Máquinas e Equipamentos*, pertencendo 36,8% à *CAE Indústrias Transformadoras Não Especificadas*, onde se insere o Mobiliário Metálico.

Quadro 10 – Sociedades constituídas em 2003 – Indústria Transformadora

CAE	Portugal		Baixo Vouga		Águeda	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	294	14,1	10	10,3	0	0,0
Indústria Têxtil	336	16,1	1	1,0	1	5,3
Indústria do Couro e dos Produtos do Couro	72	3,5	1	1,0	0	0,0
Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras	163	7,8	14	14,4	0	0,0
Indústrias de Pasta, de Papel e Cartão e seus artigos; Edição e Impressão	289	13,9	6	6,2	0	0,0
Fab. Coque, Prod. Petrol. e Comb. Nuclear e Produtos Químicos e Fibras Sintéticas	30	1,4	2	2,1	0	0,0
Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas	38	1,8	4	4,1	1	5,3
Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	106	5,1	8	8,2	4	21,1
Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos	339	16,3	29	29,9	3	15,8
Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	106	5,1	6	6,2	3	15,8
Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica	71	3,4	3	3,1	0	0,0
Fabricação de Material de Transporte	45	2,2	0	0,0	0	0,0
Indústrias Transformadoras, N.E.	195	9,4	13	13,4	7	36,8
Total	2084	100,0	97	100,0	19	100,0

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2003, INE

Estes dados só vêm reforçar a ideia de que o sector metalomecânico do concelho de Águeda é bastante dinâmico, continuando a atrair novos investimentos.

Olhando agora para o tamanho das empresas do concelho, é clara a *predominância microempresas e de empresas de pequena dimensão*¹³. Com efeito, mais de 50% das empresas de Águeda são microempresas, 27% são pequenas empresas, havendo muito poucas empresas com mais de 200 trabalhadores (cerca de 1%)¹⁴.

Quadro 11 – Estabelecimentos em Águeda, por escalões de pessoal (1994¹⁵)

	Nº	%
1 a 4	410	37,1%
5 a 9	194	17,6%
10 a 19	158	14,3%
20 a 49	140	12,7%
50 a 99	65	5,9%
100 a 199	19	1,7%
200 a 499	8	0,7%
>=500	0	0,0%
NI	110	10,0%
Total	1104	100,0%

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 1994, INE

O inquérito realizado às empresas do sector metalomecânico vem reforçar esta ideia. As 30 empresas respondentes são, na sua maioria (73,4%), pequenas empresas e microempresas.

Quadro 12 – Tipologia das empresas inquiridas

	Nº	%
Microempresas	5	16,7%
Pequenas Empresas	17	56,7%
Médias Empresas	7	23,3%
Grandes Empresas	1	3,3%
Total	30	100,0%

Fonte: Inquérito

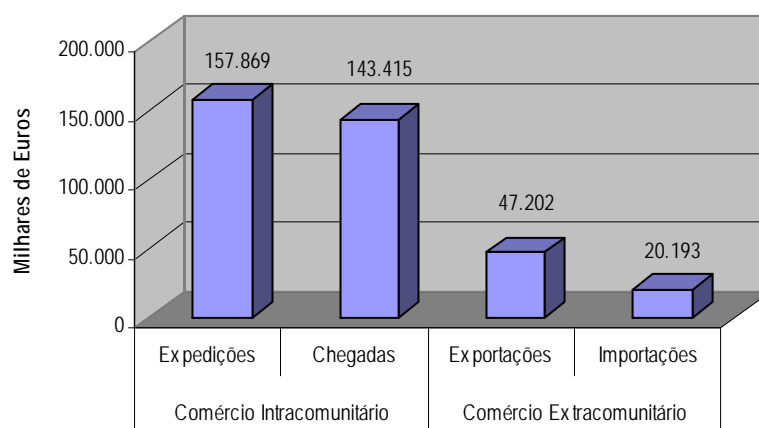
¹³ Tendo em conta a definição europeia, através da Recomendação da Comissão nº 96/280/CE, são classificadas como *PME* as empresas com menos de 250 trabalhadores cujo volume de negócios anual não exceda 40 milhões de euros ou cujo balanço total anual não exceda 27 milhões de euros. As *pequenas empresas* são aquelas que têm menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 7 milhões de euros (ou um balanço inferior a 5 milhões de euros) e as *microempresas* são as que têm menos de 10 trabalhadores.

¹⁴ Vamos utilizar o critério acima referido, apenas no que se refere ao número de trabalhadores.

¹⁵ Os dados apresentados são de 1994, uma vez não existirem dados industriais mais actualizados.

No que diz respeito ao comércio externo, os dados mostram a *forte vocação exportadora* do concelho de Águeda, sendo maior o valor de mercadorias exportado do que o valor importado (Gráfico 3). Se a unidade de análise fosse Portugal, as conclusões seriam opostas. O nosso país importa quase o dobro do valor exportado para países fora da UE e expede dois terços do valor das mercadorias recebidas, para países da UE.

Gráfico 3 - Comércio internacional declarado em Águeda (2002)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2003, INE

Importa agora avaliar para que países é que as empresas do sector metalomecânico de Águeda exportam mais produtos e de que países importam mais matérias-primas.

Analisando a proveniência das matérias-primas, 15 das 27 empresas que responderam à questão, afirmaram comprar uma pequena parte das suas matérias-primas a fornecedores estrangeiros, sendo que, neste caso, a percentagem comprada não excede, na maior parte dos casos, os 20% (Quadro 13). Como já havíamos dito anteriormente, as empresas deste sector preferem comprar localmente as suas matérias-primas, abastecendo-se também noutros distritos, em especial, nos do Porto, Lisboa, Leiria e Setúbal¹⁶.

¹⁶ Conclusões tiradas do inquérito.

Quadro 13 – Fornecedores das empresas inquiridas

	Fontes de matérias-primas (%)					Total
	Até 20%	21 a 40%	41 a 60%	61 a 80%	81 a 100%	
Distrito de Aveiro	2	6	5	10	4	27
Outros Distritos	10	7	5	2	1	25
Estrangeiro	11	3	1	0	0	15
Total	23	16	11	12	5	

Fonte: Inquérito

Os fornecimentos externos são, maioritariamente, oriundos da Espanha (59%), da Alemanha (23%) e da Itália (18%)¹⁷.

No que se refere às exportações, 63% das empresas respondentes¹⁸ afirmam exportar os seus produtos, sendo o destino das exportações essencialmente a Europa e os PALOP, nomeadamente Espanha (6 empresas), França (2), Angola (2), Cabo Verde (2), Moçambique (2), Holanda (1) e Inglaterra (1)¹⁹

No que diz respeito à *inovação*, e apesar de ser difícil para pequenas empresas, como as que caracterizam o sistema industrial de Águeda, prosseguir actividades de I&D, elas reconhecem a importância de inovar e tentam fazê-lo através da partilha de técnicas e conhecimentos com outras empresas da região, com as quais mantêm fortes ligações.

A vontade de inovar destas empresas pode ser comprovada através de alguns dados retirados do inquérito: das empresas inquiridas, 83,3% afirmam ter *design* próprio e 70% admitem ter substituído recentemente as suas máquinas.

A capacidade/necessidade de cooperação destas unidades foi-nos transmitida por alguns empresários. Por exemplo, os *stands* onde expõem os seus produtos em feiras internacionais são, frequentemente, partilhados com empresas concorrentes da região.

Apresentadas as principais características da indústria de Águeda, importa caracterizar os *agentes da iniciativa local*.

Como seria de esperar, a natureza dos agentes envolvidos tem uma grande influência no sistema industrial local. Um dos factores apontados pelos empresários para localizarem a sua unidade produtiva em Águeda foi o facto de terem a sua vida já

¹⁷ Dados do inquérito.

¹⁸ Responderam a esta questão 30 empresas.

¹⁹ Das 32 empresas inquiridas, 11 apenas produzem para o mercado interno e 5 não respondem.

organizada nesse concelho, antecipando-se uma *grande integração entre as empresas e o meio local*.

Com efeito, a maioria dos empresários entrevistados afirmou já ter trabalhado em empresas de Águeda, maioritariamente como operários da produção²⁰.

O facto de instalarem a sua empresa na região onde sempre viveram e trabalharam transmite-lhes uma sensação de pertença/segurança. Se, por um lado, conhecem bem o meio local, sabendo onde podem mobilizar a mão-de-obra de que necessitam, por outro, podem contar com a ajuda de familiares, nomeadamente através de empréstimos, não só sob a forma monetária, mas também através da disponibilização de terrenos para o lançamento de uma iniciativa (alguns familiares tornam-se mesmo parceiros de negócio dos empresários).

Os principais factores de localização apontados pelos empresários foram assim: o conhecimento da mão-de-obra local, a disponibilidade de mão-de-obra especializada e versátil e a ajuda familiar.

Para além dos empresários locais, importa referir alguns *agentes colectivos locais* que têm tido um papel crucial no desenvolvimento industrial deste concelho, para além da Câmara Municipal.

Um deles é, indubitavelmente, a Associação Industrial de Águeda (AIA), que tem, actualmente, mais de 300 associados. Criada em 1974, por iniciativa de um grupo de vinte e sete empresários, pertencentes a diversos sectores de actividade, a AIA disponibiliza aos seus associados diversos serviços ao nível da consultadoria, que vão desde a organização da produção à consultadoria jurídica, passando pelas áreas da formação, fiscalidade, economia e subcontratação. Outras áreas de intervenção desta associação passam pelo apoio ao emprego, pela divulgação de oportunidades de exportação/importação e pela organização de missões comerciais ao estrangeiro.

Outra entidade importante é a Associação Nacional de Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins (ABIMOTA). Criada em 1975, com a designação de Associação Nacional dos Industriais de Bicicletas, Ciclomotores, Motociclos e Acessórios, a ABIMOTA decidiu alargar, em 2003, o seu âmbito de actuação para os sectores das ferragens e do mobiliário metálico, alterando a sua designação inicial. Esta associação tem cerca de oitenta empresas associadas, produtoras de bicicletas, ciclomotores, ferragens, mobiliário metálico e afins. Tem como funções prestar apoio

²⁰ A esta mesma conclusão chegou Reis, num inquérito realizado há alguns anos (1989: 352).

jurídico e económico-financeiro aos seus associados, dar formação, fazer certificação de qualidade, entre outras.

Digna de referência é, ainda, a Associação Nacional de Indústrias de Ferragens (APIFER). Esta associação representa os interesses dos fabricantes portugueses de ferragens para a construção civil, mobiliário e artigos similares. Foi fundada em 1975, tendo sido a sua sede transferida, em 1997, de Rio Meão (concelho da Feira) para Águeda. Tem como objectivos prestar apoio jurídico e económico/fiscal, dar formação, organizar a participação dos seus associados em feiras nacionais e internacionais, estabelecer protocolos de cooperação, fazer certificação de qualidade, entre outras.

Estes agentes institucionais colectivos têm contribuído para o dinamismo da indústria da região, ajudando à organização interna do sistema industrial de Águeda e auxiliando as pequenas empresas locais a negociarem a sua posição no exterior.

4. Conclusão

Este estudo teve como propósito averiguar se Águeda pode ou não ser considerada um *distrito industrial marshalliano*. Depois de analisadas as principais características do sistema industrial deste concelho, encontramos um conjunto de especificidades similares às do *distrito industrial* proposto por Alfred Marshall e revitalizado por Becattini.

Uma das características de Águeda é a sua longa tradição industrial, que remonta ao século XIX, tendo, ao longo dos anos, demonstrado um grande dinamismo produtivo. Para além disso, predominam, nesta região, empresas de pequena dimensão, muito concentradas espacialmente.

O estudo ainda demonstrou a existência de um sector de especialização – o sector metalomecânico, permitindo a formação de capacidade profissional e a acumulação de uma cultura técnica industrial, que facilita a mobilidade profissional e técnica da mão-de-obra envolvida na produção industrial.

Paralelamente à especialização sectorial existe um elevado grau de divisão do trabalho, especializando-se cada empresa numa fase diferente do processo produtivo, gerando um sistema de interdependências industriais, que passam pela complementaridade produtiva. Desta forma, as pequenas empresas alcançam juntas uma vantagem competitiva que é, quase sempre, exclusiva de empresas de maior dimensão.

Um outro elemento que caracteriza o processo industrial da região é a constituição de gerações sucessivas de empresários de raiz local, muitas vezes ex-operários de outras empresas de Águeda, cuja iniciativa resulta da própria dinâmica da indústria existente, levando a uma grande interacção entre estes e o meio local.

Por fim, importa sublinhar o papel desempenhado por agentes colectivos locais, como a AIA, a ABIMOTA e a APIFER que representam as empresas da região, ajudando nomeadamente as pequenas empresas a negociarem a sua posição no exterior.

Este conjunto de características, permite-nos, assim, afirmar que Águeda, cuja indústria assume uma grande centralidade, constitui efectivamente um *distrito industrial marshalliano*.

Esta forma de organizar a produção tem, aliás, provado ser bastante eficiente, tendo, ao longo dos anos, contribuído para o sucesso industrial de Águeda, motivado essencialmente, pelo dinamismo inegável das unidades produtivas que dele fazem parte e que são responsáveis, em grande medida, pelo crescimento demográfico e pela baixa taxa de desemprego do concelho. O bom desempenho de Águeda, permite-nos concluir que a organização em forma de *distrito industrial* se apresenta, de facto, como uma boa resposta às necessidades de desenvolvimento de pequenos territórios.

Bibliografia

ASHEIM, B. (1998), “Industrial Districts as ‘Learning Regions’. A condition for prosperity?”, *STEP-Report*, Nº 3, Oslo: The STEP Group.

BAGNASCO, A. (1988), *La Construzione Sociale del Mercato*, Bolonha: Il Mulino.

BECATTINI, G. (1989), “Riflessioni sul Distretto Industriale Marshalliano come Concetto Socioeconomico”, in *Stato e Mercato*, nº 25.

BECATTINI, G. (1990), “The Marshallian Industrial District as a Socio-economic Notion”, in Pyke, F., Becattini, G., Sengenberger, W. (eds.), *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation*, Geneva: International Institute for Labour Studies, pp. 37-51.

BECATTINI, G. (1991), “Italian Industrial Districts: Problems and Perspectives”, in *International Studies of Management & Organisation*, Vol. 21, Nº 1, pp. 83-90.

BECATTINI, G. (2002), “Industrial Sectors and Industrial Districts: Tools for Industrial Analysis”, in *European Planning Studies*, Vol. 10, Nº. 4, pp. 483-493.

BELLANDI, M. (2002), “Italian Industrial Districts: an Industrial Economics Interpretation”, in *European Planning Studies*, Vol. 10, Nº. 4, pp. 425-437.

- BRUSCO, S. (1990), “The idea of the Industrial District: its Genesis”, in Pyke, F., Becattini, G., Sengenberger, W. (eds.), *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation*, Geneva: International Institute for Labour Studies, pp. 10-19.
- CAETANO, L. (1985), *A Indústria no Distrito de Aveiro: Análise Geográfica Relativa ao Eixo Rodoviário Principal (EN nº 1) entre Malaposta e Albergaria-a-Nova*, Tese de Doutoramento, Vol. I e II, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- CAPECCHI, V. (1990), “A History of Flexible Specialisation and Industrial Districts in Emilia-Romagna”, in Pyke, F., Becattini, G., Sengenberger, W. (eds.), *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation*, Geneva: International Institute for Labour Studies, pp. 20-36.
- CRUZ, R. (1987), *Industrialização em Meio Rural: o Caso de Águeda*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DEI OTTATI, G. (2002), “Social Concertation and Local Development: the Case of Industrial Districts”, in *European Planning Studies*, Vol. 10, Nº. 4, pp. 449-466.
- DIGIOVANNA, S. (1995), “Industrial Districts and Regional Economic Development: a Regulation Approach”, in *Regional Studies*, Vol. 30.4, pp. 373-386.
- GINER, J. e SANTA MARÍA, M. (2002), “Territorial Systems of Small Firms in Spain: an Analysis of Productive and Organizational Characteristics in Industrial Districts”, in *Entrepreneurship & Regional Development*, 14, pp. 211-228.
- MANEGHETTI, A. e CHINESE, D. (2002), “Perspectives on Facilities Management for Industrial Districts”, in *Facilities*, Vol. 20, Nº 10, pp. 337-348.
- MCDONALD, F. e VERTOVA, G. (2001), “Geographical Concentration and Competitiveness in the European Union”, in *European Business Review*, Vol. 13, Nº 3, pp. 157-165.
- MELO, J. (1995), *A Região da Marinha Grande: um Distrito Industrial?*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Coimbra: FEUC.
- MELO, J. (1995a), “Identificação de um Distrito Industrial na Marinha Grande”, *Cadernos Regionais – Região Centro*, Nº 2, INE-DRC.
- MOLINA-MORALES, F. (2002), “Industrial Districts and Innovation: the Case of the Spanish Ceramic Tiles Industry”, in *Entrepreneurship & Regional Development*, 14, pp. 317-335.
- PIORE, M. e SABEL, C. (1984), *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*, Nova Iorque: Basic Books.
- PIORE, M. (1990), “Work, Labour and Action: Work Experience in a System of Flexible Production”, in Pyke, F., Becattini, G., Sengenberger, W. (eds.), *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation*, Geneva: International Institute for Labour Studies, pp. 52-74.
- PIRES, A. (1983), *Rural Diffuse Industrialisation in Portugal: the Case Study of the “Concelhos” of Águeda and Feira*, Tese de Doutoramento, Cardiff.

- PIRES, A. (1986), “Industrialização Difusa e “Modelos” de Desenvolvimento: um Estudo no Distrito de Aveiro”, *Finisterra*, XXI, 42, pp. 239-269.
- PIRES, A. (1987), *The Local Process of Development in Agueda*, Aveiro: Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro.
- PYKE, F. e SENGENBERGER, W. (1990), “Introduction”, in Pyke, F., Becattini, G., Sengenberger, W. (eds.), *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation*, Geneva: International Institute for Labour Studies, pp. 1-9.
- PYKE, F. e SENGENBERGER, W. (1992), *Industrial Districts and Local Economic Regeneration*, Geneva: International Institute for Labour Studies.
- REIS, J. (1989), *Os Espaços da Indústria: a Regulação Económica e a Medição Local numa Sociedade Semiperiférica*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra: FEUC.
- REIS, J. (1992), *Os Espaços da Indústria: a Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.
- SFORZI, F. (1990), “The Quantitative Importance of Marshallian Industrial Districts in the Italian Economy”, in Pyke, F., Becattini, G., Sengenberger, W. (eds.), *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation*, Geneva: International Institute for Labour Studies, pp. 75-107.
- SFORZI, F. (2002), “The Industrial District and the “New” Italian Economic Geography”, in *European Planning Studies*, Vol. 10, Nº. 4, pp. 439-447.
- SILVA, M. (1994), “Efficiencia Statique et Dynamique dans le Modele du District Industriel”, in *Investigação, Economia*, 46, pp. 1-20.